

Monitorar arte sacra é desafio para igrejas e museus

Roubos e furtos fazem igrejas e museus investirem em tecnologia; governo quer aumentar controle

Priscila Mengue

23 jun 2018 03h01 | atualizado em 25/6/2018 às 12h25

SÃO PAULO - Pelo antigo Mosteiro de São Bento, a então estagiária Thayline Albuquerque, de 21 anos, acompanhava um visitante do Museu de Arte Sacra de Santos (Mass), no litoral paulista. Por duas horas, o conduziu pelos corredores de quase 400 anos, cuja arquitetura e acervo são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 1945. Após poucos dias, em julho de 2016, se deparou com o mesmo homem: ao ver o retrato falado de um dos assaltantes que levaram 20 peças e 422 livros do local, em um roubo com funcionários reféns. O crime segue sem solução e nenhuma peça sacra foi recuperada.

Nesse cenário, igrejas e museus de arte sacra têm apostado em tecnologias para coibir novos crimes - muitas das instituições até evitam dar detalhes sobre o esquema de proteção.

Após o roubo, por exemplo, o Mass colocou parte do acervo em vitrines de vidro temperado e todos os cerca de 600 materiais foram fotografados em alta resolução para facilitar o rastreamento. "Agora todo o cuidado é pouco", diz a administradora do museu, Marcia Egas. O número de câmeras foi ampliado de sete para 16 e agora é exigido que os visitantes mostrem documentos e sejam fotografados antes de circular pelo local.

Já o Museu de Arte Sacra de São Paulo, embora afirme não ter tido casos recentes, investiu em mais câmeras, que chegam a cem, na criação de um espaço de monitoramento blindado e na instalação de alarmes nas vitrines de exibição. Para isso, cortou seguranças. "Substituímos gente por tecnologia", afirma o diretor executivo José Carlos Marçal de Barros.

Em igrejas da Arquidiocese do Recife, por sua vez, a instalação de câmeras e alarmes se intensificou há três anos, mas ainda não inclui todos os templos. "Existe um custo alto de instalação e manutenção que a gente não consegue estender a todas", conta o padre Rinaldo Pereira dos Santos, da Comissão Arquidiocesana de Pastoral para a Cultura.

Em 2016, a arquidiocese procurou o Iphan para refazer o inventário de suas igrejas, processo que identificou dois itens desaparecidos. Outra medida para prevenir crimes é publicar um catálogo do acervo do Museu de Arte Sacra de Pernambuco em setembro. "É um grande instrumento de combate ao roubo, torna a peça mais pública", explica.

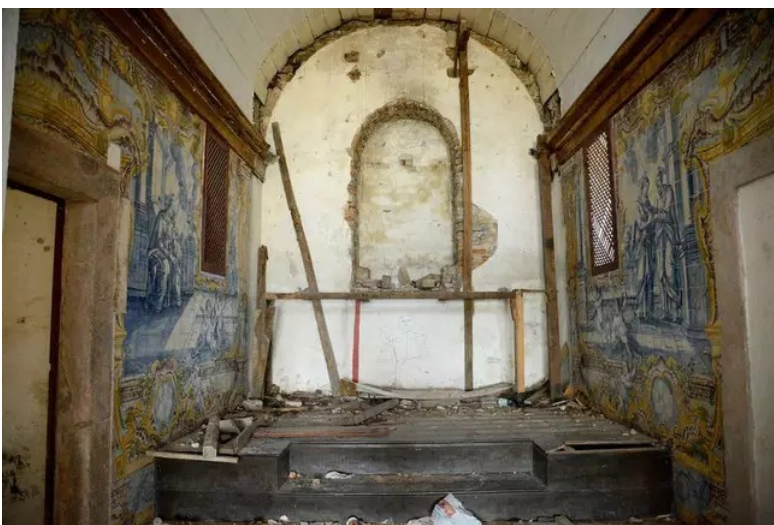
Desafios

O cenário de roubos de bens culturais é considerado "extremamente grave" pelo próprio governo federal. "Temos todos os dias acontecendo, em menor escala, furtos, roubos e desaparecimentos de obras de arte, de bens culturais, País afora", disse ao **Estado** o ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. A pasta prepara uma série de medidas para conter o tráfico desses itens no País - e a arte sacra é a mais vulnerável.

Dentre as medidas prometidas estão a elaboração de uma política nacional de combate ao tráfico e a criação de uma coordenação com o mesmo foco dentro da nova Secretaria dos Direito Autoral e da Propriedade Intelectual, que deve ser oficializada em breve. "Estamos de fato muito atrasados. É um *mea culpa* que precisamos todos fazer", diz Leitão.

Outra medida cogitada é fazer um levantamento nacional de roubos e furtos de bens culturais, o que não é feito hoje. Um dos poucos registros nacionais do tipo é o Banco de Dados de Bens Culturais Procurados, mantido pelo Iphan, que o próprio órgão admite não atualizar desde 2015, quando detinha 1.644 objetos. A inclusão ocorre apenas após notificação e abrange patrimônio nacional, estadual e municipal. "Não é um banco estável. Ele não reflete a realidade com precisão", afirma a instituição por meio de nota.

Em 2017, por exemplo, a instituição noticiou o furto do retábulo (espécie de altar) da Capela de Sant'ana, em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, mas não incluiu a peça no banco de dados. O caso é emblemático no meio, pois, o item, do século 18, foi completamente retirado do local, que já sofria casos de furtos e manutenção em sua estrutura.



Retábulo (espécie de altar) foi furtado da Capela de Sant'ana, em São Gonçalo
Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil / Estadão

O maior roubo de bens culturais do Brasil, em 2006, no Museu Chácara do Céu, no Rio,

não teve nenhum dos quatro quadros (de autores como Pablo Picasso e Salvador Dalí) recuperados, embora custassem milhões. Como aponta o ministro, se uma instituição de grande porte, como a carioca, enfrenta casos do tipo, maior é vulnerabilidade de pequenos museus e igrejas.

"Temos um vastíssimo acervo de arte sacra, sobretudo dos séculos 17, 18 e 19, em milhares de igrejas, muitas delas sem nenhum tipo de proteção", comenta Leitão. Diferentemente de países como França e Itália, ele diz, não há uma unidade especializada da Polícia Federal nesse tipo de crime no Brasil.

Resgate

Em Minas, uma série de furtos de peças sacras levou o Ministério Público Estadual a criar uma Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, em 2005. "A metodologia é diferente, pois adota-se um trabalho bem especializado - que exige conhecimentos não apenas no campo do direito como também da história, arqueologia, arquitetura etc -, coordenado e razoavelmente uniformizado na defesa do patrimônio cultural", explica a promotora Giselle Ribeiro de Oliveira, que comanda a coordenadoria.

A Coordenadoria também mantém um banco de dados de bens desaparecidos, que é alimentado com base em informações de polícias e de proprietários de bens, o que inclui arquidioceses, por exemplo. Cerca de 730 itens estão no sistema.

Além disso, o órgão participou da recuperação de cerca de 280 peças. A mais recente delas, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, do século 18, foi devolvida a uma capela de mesmo nome, no município de Prados, no último dia 15. Ela havia sido encontrada em um site de leilão de obras de arte.

Religioso caça peças roubadas no RS

Sob quase todos os olhos, era só mais uma imagem da Imaculada Conceição em gesso. Não para Edison Hüttner, de 52 anos. Ao analisar o item, o irmão marista levantou a suspeita, que se confirmou após tomografia: uma cobertura de três milímetros de gesso e tinta feita em 1914 revestia a versão original da santa, de madeira, de origem jesuítico-guarani e data do século 18. "Nesse processo de estudo percebemos que atrás do orbe azul, uma lasca fina de gesso que havia se desprendido, por onde foi possível observar madeira", escreveu Hüttner em seu diário.

Em 13 anos, ele - que coordena o Projeto de Arte Sacra Jesuítico-Guarani da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - já encontrou 15 peças missioneiras no Estado e fez expedição de barco na Lagoa dos Patos para procurá-las debaixo da água.

As descobertas ocorrem em um misto de acaso e pesquisa bibliográfica. Em uma escola de Santa Maria, Hüttner achou um São Nicolau missioneiro - recebido com festa em dezembro por São Nicolau (RS), de onde havia sido roubado em 1960. Em outra ocasião, uma imagem foi avistada em um galinheiro.

Fonte: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/monitorar-arte-sacra-e-desafio-para-igrejas-e-museus,dd4005aa1a17a34aaab742796cfa91dc9uenzikw.html>